



Simulado Final

MP RJ

Analista do Ministério
Público - Área: Processual
Pós-edital

Simulado

Simulado Final MP-RJ (Analista do Ministério Público - Área Processual)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista do Ministério Público - Área Processual do MP-RJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/MECeCZbCZRrDLvFS9>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

Texto

Palavras em agonia

No avião, ouço a voz da comissária: “Senhores passageiros, estamos próximos à decolagem.” Oba! Finalmente vou descobrir onde fica a decolagem. Deve ser um lugar, porque, segundo a moça, estamos próximos dela. Já reparei que, ao levantar voo no Santos Dumont para São Paulo, o avião rola de mansinho pela pista, acelera e, quando passa pela Escola Naval, decola. Se a decolagem é um lugar, significa que esse lugar é ali, diante da antiga ilha onde, em 1555, Villegagnon tentou construir a França Antártica. Isso justificaria a frase “Estamos próximos à decolagem”. Mas, e se a decolagem não for um lugar, e sim uma ação? Mais correto, então, seria dizer “Dentro de instantes iremos decolar”. Ou “Estamos perto de decolar”. Isso obrigaria, no entanto, ao uso de uma palavra que está se despedindo da língua, como se seu significado tivesse se esgotado. A palavra é “perto”. As pessoas agora dizem “Estou próximo de sair, não “perto de sair”, “Estou próximo de conseguir emprego”, não “perto de conseguir emprego”. “Perto” não é a única palavra em agonia entre nós. Há muitas mais, substituídas por outras que se instalaram e ganharam a preferência nacional. Exemplos. Ninguém mais coloca algo em lugar nenhum — “posiciona”. Ninguém termina mais nada — “finaliza”. Ninguém mais tem resistência física ou emocional — é resiliente”. Ninguém mais completa ou enriquece um texto — “atualiza”.

(CASTRO, Ruy. *Folha de S.Paulo*, 26 de dezembro de 2024.)**1. A crítica central do texto é voltada para**

- a) a incoerência e a falta de precisão de determinados usos de palavras.
- b) a confusão semântica pelo uso de estrangeirismos em contextos equivocados.

- c) o impacto das mudanças linguísticas no contexto literário.
- d) a resistência das pessoas em adotar palavras mais modernas no cotidiano.
- e) a preferência nacional por expressões que enriquecem a linguagem.

2. Ao dizer que palavras como “perto” estão “se despedindo da língua”, o autor sugere implicitamente que

- a) o enriquecimento linguístico é um reflexo das mudanças culturais e sociais.
- b) a renovação do vocabulário é uma característica espontânea da evolução linguística.
- c) a sofisticação está mais relacionada a um efeito natural do que com necessidade comunicativa.
- d) a substituição de palavras mais simples por termos formais é uma tendência irreversível na língua.
- e) mudanças na língua têm sido conduzidas por influências culturais.

3. Ao longo do texto, o autor adota um tom sarcástico para tratar do uso de determinadas palavras. Esse tom é construído principalmente

- a) pelo apelo a exemplos históricos, como Villegagnon, para reforçar a crítica ao uso incorreto das palavras.
- b) pela rejeição à evolução linguística, defendendo a conservação estrita de palavras em desuso.
- c) pelo uso frequente de termos técnicos para criticar a formalidade excessiva na linguagem.
- d) pelo questionamento do uso descontextualizado das palavras, expondo a incongruência em expressões cotidianas.
- e) pelo enaltecimento de palavras simples como “perto” em oposição a termos mais sofisticados e modernos.

4. Assinale a frase em que o acento grave da crase está empregado corretamente.
- a) Nunca atribua à malícia o que pode ser explicado adequadamente pela estupidez.
 - b) Os espectadores começaram à chorar assim que receberam as notícias pela TV.
 - c) Copiar à si mesmo é mais perigoso que copiar os outros.
 - d) Um chuveiro aquecido à gás consome 15 litros até esquentar a água.
 - e) O astrólogo previra o futuro passo à passo.
5. Assinale a frase que se insere entre os textos injuntivos.
- a) Mesmo estando cansado, caminhou para refletir sobre os acontecimentos do dia.
 - b) Caso deseje aproveitar ao máximo os recursos da plataforma, leia atentamente o manual de boas práticas disponível no *site* oficial.
 - c) A cidade, silenciosa após a tempestade, parecia ter adormecido sob o peso das nuvens ainda carregadas.
 - d) Se todos tivessem compreendido a gravidade da situação, talvez o desfecho tivesse sido diferente.
 - e) As obras, iniciadas há mais de dois anos, ainda não foram concluídas devido a entraves burocráticos.
6. Assinale a frase que mostra a presença da função metalinguística da linguagem.
- a) Sabe quando você está no trabalho, e dois ou três amigos postam fotos de viagem?
 - b) A onda de calor ultrapassou as marcas previstas pela meteorologia.
 - c) Não deixe para amanhã o que pode ser feito agora.
 - d) Esta não é a primeira vez que se tomou um episódio banal para objeto de escrita.
 - e) Sempre pensei que ser um cidadão do mundo era o melhor que podia acontecer a uma pessoa.
7. Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo sublinhado mostra valor figurado (não lógico).
- a) A Justiça hodierna precisa ser de fácil acesso e célere.
 - b) Em uma linguagem mitológica, devemos acrescentar o atributo de Hermes, o Deus da Velocidade.
 - c) O Ministério Público e a advocacia são os alicerces que dão suporte ao Poder Judiciário.
 - d) As decisões da Justiça devem ter a força da obrigatoriedade, gerar equidade e paz, de acordo com a lei, e ser imparciais.
 - e) A Justiça ainda carece destes atributos: equilíbrio, ponderação e imparcialidade.
8. As frases a seguir mostram a presença de vírgulas. Assinale aquela em que a justificativa para essa presença se mostra adequada.
- a) Senhoras e senhores, peço um minuto de atenção. / *presença de aposto*
 - b) O cardápio, que está sobre sua mesa, foi modificado. / *separar o vocativo*
 - c) Ela é carioca e eu, paulista. / *isolar termos explicativos*
 - d) Não há importância, se uma máquina publicitária tornar a sua marca bem aceita. / *deslocamento de um adjunto adverbial*
 - e) Minha irmã, ou seja, a mais velha dentre nós, deve assumir a empresa. / *isolar termos explicativos*
9. Das opções a seguir, assinale aquela que apresenta sujeito exposto na oração.
- a) No Norte dos EUA, nevou a noite inteira.
 - b) Criou-se uma relação perniciosa entre diferença e desigualdade.
 - c) Não há melhor solução senão rir dos imponderáveis da vida.
 - d) Não se andaria facilmente por onde houvesse muita desordem.
 - e) Avistando o produtor, falaram muito mal do filme.

10. As frases a seguir mostram um termo sublinhado que se refere a um termo anterior (coesão). Assinale a frase em que esse termo sublinhado se refere a um termo posterior.

- a) Perdoados lhe são seus muitos pecados, porque Mariana amou muito.
- b) Tomou os comprimidos, mas não acreditava na cura por esse método.
- c) Deus fez o homem à Sua imagem e semelhança, e este pagou-lhe na mesma moeda.
- d) Ninguém ama tanto a vida quanto a pessoa que está envelhecendo.
- e) O homem é aquilo que ele come.

11. Leia a frase a seguir.

“Um grupo levanta a bandeira da preservação ambiental a todo custo”
Assinale a opção que mostra a forma de reescrever essa frase que modifica o seu sentido original.

- a) A todo custo, um grupo levanta a bandeira da preservação ambiental.
- b) A bandeira da preservação ambiental é levantada, a todo custo, por um grupo.
- c) Um grupo levanta, a todo custo, a bandeira da preservação ambiental.
- d) Uma bandeira é levantada pelo grupo da preservação ambiental a todo custo.
- e) A bandeira da preservação ambiental é levantada por um grupo a todo custo.

12. Entre as frases a seguir, assinale aquela em que o termo sublinhado é um complemento e não um adjunto.

- a) A confiança dos gestores nos funcionários aumentou com os resultados.
- b) Uma análise do especialista será determinante para a decisão.
- c) Durante a cerimônia, os depoimentos dos pais emocionaram a todos.

d) Com maturidade foi recebida a severa crítica ao comportamento.

e) Os artigos da pesquisadora foram elogiados pelo comitê científico.

13. Um dos problemas mais graves da escrita é a presença de ambiguidades.

Assinale a opção que mostra a frase que não apresenta esse tipo de problema.

- a) A moça falou com o rapaz que trabalha na secretaria.
- b) Eles deixam as crianças malcriadas.
- c) Proteja a entrada dos ladrões.
- d) O prefeito, em seu gabinete, falou com os assessores.
- e) As recepcionistas não atendiam clientes de roupa suja.

14. A simplicidade tem a ver com o emprego de termos acessíveis, com a sintaxe direta, com frases sem rebuscamento.

Assinale a frase que se mostra em ordem direta.

- a) Sob uma neblina espessa, o velho casarão da família descansava.
- b) A multidão aplaudiu o cantor entusiasmadamente no final da apresentação.
- c) Entre os livros espalhados pela mesa, encontrava-se aquele que tanto procurávamos.
- d) Marcos alcançou, segundo penso, a primeira colocação no concurso.
- e) No relatório divulgado nesta manhã, foi destacada pelas autoridades sanitárias uma recomendação.

15. Assinale a opção em que o uso da próclise é obrigatório.

- a) Esperamos que ela nos ajude com o plano de vendas.
- b) As pessoas que não entraram se haviam espalhado pelas adjacências.
- c) Após o incidente, o rapaz se sentiu profundamente abalado.
- d) Quando se fala demais, há o risco de ser mal interpretado.
- e) Não lhe devo dizer os desdobramentos do episódio.

16. Assinale a opção cuja pontuação está correta.

- a) Antes de chegarem à costa, os exploradores já haviam mapeado, as rotas marítimas essenciais.
- b) Os exploradores, antes de chegarem à costa já haviam mapeado as rotas marítimas essenciais.
- c) Os exploradores, antes de chegarem à costa, já haviam mapeado as rotas marítimas essenciais.
- d) Antes de chegarem à costa os exploradores já haviam mapeado as rotas marítimas essenciais.
- e) Os exploradores já haviam mapeado as rotas marítimas essenciais, antes de chegarem à costa.

17. Leia o texto a seguir.

“Dedicam-se os velhos a cuidados geriátricos impessoais, cheios de espontaneidade, de tudo o que mais impressionou suas retinas tão fatigadas.”

Substituindo os trechos destacados pelas opções entre aspas, assinale a alternativa que melhor reescreve o texto mantendo o sentido original.

- a) Substituir **dedicam-se os velhos** por “esforçam-se os velhos”.
- b) Substituir **cuidados geriátricos impessoais** por “cuidados geriátricos desprovidos de calor humano”.
- c) Substituir **cheios de espontaneidade** por “espontaneamente”.

d) Substituir **de tudo o que mais impressionou suas retinas** por “do que se esvaiu das suas retinas”.

e) Substituir **suas retinas tão fatigadas** por “suas retinas já comprometidas”.

18. Avalie a seguinte frase em discurso direto.

Pedro disse: “Eu sei agora que minha prima partirá daqui em cinco meses.”

Assinale a opção em que a frase foi corretamente transposta para o discurso indireto. (Começando por *Ele disse que...*)

- a) Ele disse que sabia então que minha prima partiria daquele lugar em cinco meses.
- b) Ele disse que sabia naquele momento que sua prima partiria de lá cinco meses mais tarde.
- c) Ele disse que sabia que sua prima partiria daqui em cinco meses.
- d) Ele disse que sabia agora que sua prima partiria de lá em cinco meses.
- e) Ele disse que soube agora que sua prima partiria de lá em cinco meses.

19. Assinale a frase em que os termos destacados estabelecem relação de sentido adequadamente.

- a) A empresa ampliou sua produção no último trimestre, superou recordes de venda. / A empresa ampliou sua produção no último trimestre, **de modo que** superou recordes de venda.
- b) Ele revisou todo o relatório antes da reunião, não encontrou inconsistências. / Ele revisou todo o relatório antes da reunião, **contudo** não encontrou inconsistências.
- c) As negociações se estenderam por semanas, fecharam o contrato. / As negociações se estenderam por semanas, **por isso** fecharam o contrato.
- d) Ela economizou cada centavo da bolsa de estudos, realizou a viagem dos sonhos. / Ela economizou cada centavo da bolsa de estudos, **até que** realizou a viagem dos sonhos.
- e) O sistema apresentou falhas críticas durante o teste de carga, a equipe mal conseguiu completar os ajustes. / O sistema apresentou falhas críticas durante o teste de carga, **embora** a equipe mal conseguisse completar os ajustes.

20. A preposição **de**, como outras preposições, pode ter valor gramatical, quando exigida por uma palavra anterior, ou valor semântico, quando expressa informação importante ao texto. Assinale a opção em que a preposição **de** é fruto da regência de algum termo anterior.

- a) Ele saiu **de** mansinho sem avisar.
- b) Tenho saudade **de** você todas as noites.
- c) O sabor **de** chocolate encanta as crianças.
- d) A cidade **de** São Paulo é cosmopolita.
- e) Ele falou **de** improviso na reunião.

TEXTO 2

Distribuição justa

A justiça de um resultado distributivo das riquezas depende das dotações iniciais dos participantes e da lisura do processo do qual ele decorre. Do ponto de vista coletivo, a questão crucial é: a desigualdade observada reflete essencialmente os talentos, esforços e valores diferenciados dos indivíduos, ou, ao contrário, ela resulta de um jogo viciado na origem e no processo, de uma profunda falta de equidade nas condições iniciais de vida, da privação de direitos elementares ou da discriminação racial, sexual, de gênero ou religiosa?

A condição da família em que uma criança tiver a sorte ou o infortúnio de nascer, um risco comum, a todos, passa a exercer um papel mais decisivo na definição de seu futuro do que qualquer outra coisa ou escolha que possa fazer no ciclo da vida. A falta de um mínimo de equidade nas condições iniciais e na capacitação para a vida tolhe a margem de escolha, vicia o jogo distributivo e envenena os valores da convivência. A igualdade de oportunidades está na origem da emancipação das pessoas. Crianças e jovens precisam ter a oportunidade de desenvolver seus talentos de modo a ampliar seu leque de escolhas possíveis na vida prática e eleger seus projetos, apostas e sonhos de realização.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 106)

21. No contexto do primeiro parágrafo, as expressões *dotações iniciais de participantes e lisura do processo* constituem

- a) as metas mais justas a serem alcançadas por um conveniente processo distributivo das limitadas riquezas disponíveis.
- b) os fatores diretamente condicionantes da possibilidade de haver justiça no processo distributivo das riquezas.
- c) as razões de ser de todo processo de distribuição de riquezas que premie o talento inato dos mais competentes.
- d) um objetivo idealista cuja aparência de justiça se apaga quando competidores aproveitam mal oportunidades iguais.
- e) as causas ocultas da distribuição de riquezas que acaba por não fazer justiça às habilidades próprias dos indivíduos.

22. Em síntese, depreende-se da leitura do segundo parágrafo que

- a) a condição familiar de origem não tem peso determinante no desenvolvimento das qualidades pessoais de uma criança.
- b) as aspirações e os sonhos das crianças e dos jovens só se formularão quando tiverem alcançado alguma possibilidade de realização.
- c) a dotação injusta de talentos individuais faz com que não haja equidade ao final do processo de distribuição das riquezas.
- d) a capacitação natural para a vida leva a tornar vicioso o jogo distributivo das riquezas disponíveis em cada ocasião.
- e) as escolhas nas quais se faz justiça aos talentos das crianças e dos jovens tornam-se possíveis com a equidade das condições iniciais.

23. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- a) Por mais que se esforcem, tem gente que não consegue obter sucesso em face dos vícios e da falta de oportunidade que o determinam.
- b) O autor do texto está convicto sobre o papel que desempenha no futuro de cada indivíduo as condições de seu nascimento.
- c) Argumenta-se no texto que a equidade de oportunidades é um fator determinante para uma justa distribuição das riquezas.
- d) A menos que houvessem mais oportunidades para que cada indivíduo desenvolva seu talento, não ocorrerá justiça no processo.
- e) Aos sonhos e aspirações das crianças e dos jovens devem corresponder sua realização, para que não se frustrem seu desenvolvimento.

24. Assinale a frase que não apresenta contradição lógica.

- a) Gosto de planejar tudo com antecedência, desde que haja espaço para imprevistos.
- b) Quanto mais estudo o universo, menos descubro suas certezas.
- c) Muitos atribuem valor absoluto à opinião alheia, sem questionar seu próprio julgamento.
- d) Preciso descansar, mas estou sempre ocupado criando novas tarefas para mim mesmo.
- e) A definição precisa de beleza é, por sua própria natureza, indefinível.

25. Assinale a opção que não apresenta uma opinião.

- a) Para manter o solo fértil, é preciso revezar as culturas a cada estação.
- b) A expressão no olhar do artista transmite mistério e intenção oculta.
- c) Existe um excesso de anúncios que distrai a população diariamente.
- d) O avanço tecnológico acelerou as mudanças no mercado de trabalho.
- e) Os adolescentes frequentemente imitam os hábitos de leitura dos familiares.

26. Assinale a frase abaixo que não exemplifica uma interrogação indireta.

- a) Gostaria de saber quando ela chegará ao destino.
- b) Ignoro por que motivo ele recusou o convite.
- c) Eles não dizem como conseguir ingressos gratuitos.
- d) Vi exatamente onde ele escondeu o documento.
- e) Pergunto-me de que forma poderemos resolver o problema.

27. Leia a frase a seguir:

“Oferecer oportunidades de errar aos alunos, de vez em quando, ajuda-os a desenvolver maior autoconfiança.”

Outro modo de reescrever essa frase, com deslocamento de seus termos, que mantém o sentido original, é:

- a) Oferecer oportunidades de errar, de vez em quando, aos alunos ajuda-os a desenvolver maior autoconfiança.
- b) Oferecer oportunidades de errar aos alunos ajuda-os, de vez em quando, a desenvolver maior autoconfiança.
- c) De vez em quando, oferecer oportunidades de errar aos alunos ajuda-os a desenvolver maior autoconfiança.
- d) Oferecer oportunidades de errar aos alunos, de vez em quando, contribui para desenvolver maior autoconfiança.
- e) Oferecer oportunidades de errar aos alunos ajuda-os a desenvolver, de vez em quando, maior autoconfiança.

28. Assinale a frase que se enquadra entre os textos **injuntivos**.

- a) Uma dieta equilibrada melhora sua disposição física e mental.
- b) Seus hábitos de consumo impactam na sua vida financeira.

c) O uso excessivo de redes sociais prejudica o desempenho acadêmico.

d) Para aprimorar sua escrita, leia diariamente textos variados e faça anotações.

e) As empresas vencedoras investem constantemente em inovação tecnológica.

29. Assinale a opção em que o emprego da vírgula é devido à elipse do verbo.

a) Maria estuda piano, João, violão e Ana, saxofone.

b) O rio, durante as cheias, fica impraticável para navegação.

c) Para crescer, a planta necessita de água, luz e nutrientes.

d) O filme, apesar das críticas, conquistou o público.

e) Muitos vieram de longe; poucos, no entanto, permaneceram até o fim.

30. Assinale a frase que está integralmente expressa com palavras em sentido **lógico** (não figurado).

a) O jardineiro regou as plantas todas as manhãs durante o verão.

b) O sorriso dela iluminou o ambiente inteiro.

c) A imprensa levantou polêmicas sobre o novo projeto.

d) O debate acendeu discussões acaloradas entre os participantes.

e) A inspiração do poeta fluiu como um rio impetuoso.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

31. Se minha piscina não é azul, então o meu camundongo chia. Se minha piscina é azul, então CH não é professor. Ora, CH é professor. Logo:

- a) a minha piscina é azul e o meu camundongo não chia
- b) a minha piscina não é azul e o meu camundongo chia
- c) a minha piscina é azul e o meu camundongo chia
- d) a minha piscina não é azul e o meu camundongo não chia
- e) se CH é professor, então o meu camundongo não chia

32. Corujinha afirmou que todos os cadernos guardados numa gaveta são coloridos e nenhum deles foi usado. Mais tarde, ele percebeu que havia se enganado em relação à sua afirmação, o que permite concluir que

- a) pelo menos um caderno da gaveta não é colorido ou algum deles foi usado.
- b) pelo menos um caderno da gaveta não é colorido ou todos eles foram usados.
- c) os novelos de caderno não são coloridos e já foram usados.
- d) os cadernos da gaveta não são coloridos e algum deles já foi usado.
- e) existem cadernos brancos na gaveta e eles já foram usados.

33. Pedro, Laura, Sandra, Roberto e Vavá são suspeitos de terem furtado a motocicleta de uma pessoa. Na delegacia:

- Vavá afirmou que não tinha sido nem ele nem Roberto;
- Sandra jurou que o ladrão era Roberto ou Laura;
- Roberto disse que tinha sido Pedro;
- Laura disse ter sido Pedro ou Vavá;

- Pedro termina dizendo que Sandra é um mentirosa.

Sabe-se que um e apenas um deles mentiu. Sendo assim, a pessoa que furtou a motocicleta foi

- a) Laura
- b) Sandra
- c) Roberto
- d) Vavá
- e) Pedro

34. O poderoso Joni Zini resolveu distribuir uma certa quantidade de brindes personalizados entre seus alunos. Zini percebeu que se desse três brindes a cada aluno, sobrariam 13 brindes, e que, dando 5 brindes a cada aluno, no final da distribuição, 3 alunos não receberiam nenhum brinde. Logo, a quantidade de brindes que Zini irá distribuir é igual a:

- a) 51
- b) 54
- c) 55
- d) 57
- e) 60

35. O terreno onde fica a casa de Corujinha tem o formato de um triângulo retângulo. O maior lado do terreno mede 40 m e um dos outros lados mede 24 m. Qual é a área do terreno, em m^2 , onde Corujinha mora?

- a) 320
- b) 360
- c) 384
- d) 400
- e) 480

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

36. No Windows, é possível ativar um menu a direita da tela que possibilita a escolha de várias formas para configurar a projeção de imagens. Qual letra corresponde a tecla de atalho padrão para essa opção:

- a) CTRL + G
- b) WIN + P.
- c) SHIFT + T
- d) WIN + A.
- e) CTRL + B.

37. Ao clicar na Barra de Tarefas do Windows, com o botão direito do mouse, qual das opções abaixo não está disponível no menu suspenso que aparece com essa operação:

- a) Mostrar a área de trabalho
- b) Gerenciador de tarefas
- c) Mostrar botão iniciar
- d) Mostrar botão cortana
- e) Mostrar botão visão de tarefas

38. No Word, no menu Propriedades, localizado no lado direito da tela do menu Arquivo/Informações NÃO é possível:

- a) verificar o tamanho do documento.
- b) verificar a quantidade de palavras do documento.
- c) verificar a quantidade de páginas do documento
- d) verificar a quantidade de caracteres do documento.
- e) verificar o tempo total de edição do documento.

39. No Excel existe a funcionalidade que pode ser usada para filtrar dados em uma planilha. Para acessá-la, através do teclado, devemos utilizar qual combinação de teclas:

- a) CTRL + SHIFT + P
- b) CTRL + SHIFT + A
- c) CTRL + P
- d) CTRL + SHIFT + L
- e) SHIFT + L

40. No Google Chrome o usuário digitou a opção "Estado do Rio de Janeiro" filetype:pdf . Qual das opções indica o retorno que será exibido para ele:

- a) Serão exibidas apenas as páginas que possuem a expressão "pdf" no texto.
- b) Serão exibidos os arquivos pdf que tem exatamente a expressão "Estado do Rio de Janeiro" escrita dessa forma e nessa sequência.
- c) Serão exibidas os arquivos pdf que tem qualquer uma das palavras contidas na expressão "Estado do Rio de Janeiro".
- d) Serão exibidas os arquivos pdf que não tem nenhuma das palavras contidas na expressão "Estado do Rio de Janeiro".
- e) Serão exibidos qualquer arquivo que tenha exatamente a expressão "Estado do Rio de Janeiro" escrita dessa forma e nessa sequência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO***Tiago Zanolla*

41. O Promotor de Justiça Daniel foi chamado para explicar, em uma audiência pública, a estrutura do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Durante a apresentação, um cidadão o questionou se a Ouvidoria do Ministério Público seria considerada órgão de administração superior. Considerando a Lei Complementar Estadual nº 106/2003 e a organização do MPRJ, é correto afirmar que Daniel deverá esclarecer que:

- a) A Ouvidoria integra os órgãos de execução do MPRJ.
- b) A Ouvidoria compõe a Administração Superior do MPRJ.
- c) A Ouvidoria é órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
- d) A Ouvidoria compõe o Conselho Superior do MPRJ.
- e) A Ouvidoria é órgão de execução e de fiscalização do MPRJ.

42. Durante inspeção correcional, foi constatado que o Promotor de Justiça Ricardo, titular da Promotoria de Justiça de Nova Aurora, residia em outro município, a mais de 100 km de distância da comarca onde atua. Após ser advertido, Ricardo alegou que tal situação não lhe traria sanção disciplinar, pois cumpre corretamente seus expedientes e prazos. Com base na LC 106/2003 e no regime disciplinar aplicável, é correto afirmar que:

- a) Ricardo agiu corretamente, pois não há dever de residência para membros do MP.
- b) Ricardo poderá ser advertido, pois sua ausência no município de lotação é falta funcional que justifica advertência.
- c) Ricardo deve ser promovido, pois a residência fora da comarca demonstra dedicação excepcional.

d) Ricardo está sujeito a censura, visto que violou o dever de imparcialidade funcional.

e) Ricardo não poderá ser punido, pois a ausência de residência não integra os deveres funcionais do MP.

43. O Promotor Gustavo, em palestra para novos servidores do Ministério Público, afirmou que o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados são órgãos hierarquicamente distintos, estando o primeiro submetido ao segundo em matérias federais. Considerando a correta estrutura e natureza do Ministério Público brasileiro, conforme a CF/88 e as funções essenciais à justiça, a afirmativa de Gustavo é:

- a) Correta, pois o MPU coordena nacionalmente a atuação dos MPs Estaduais.
- b) Errada, pois o MPU e os MPs Estaduais possuem autonomia e não se subordinam entre si.
- c) Correta, pois o Procurador-Geral da República é chefe de todo o Ministério Público nacional.
- d) Errada, pois o Ministério Público dos Estados integra o Poder Judiciário estadual.
- e) Correta, pois os Ministérios Públicos Estaduais devem obedecer às determinações do Conselho Nacional de Justiça.

44. O servidor Marcelo, lotado no setor de tecnologia de um órgão estadual, passou a exercer simultaneamente, sem autorização, a função de consultor técnico em empresa privada fornecedora de softwares para o mesmo órgão onde trabalha. A chefia imediata, ao tomar conhecimento dos fatos, determinou a abertura de procedimento disciplinar. Considerando as normas do Decreto Estadual nº 2.479/1979, é correto afirmar que:

- a) Marcelo poderá exercer tal função, desde que fora do seu horário de expediente.
- b) Marcelo poderá exercer a função se a empresa não tiver contrato em vigor com o órgão.
- c) Marcelo incorreu em infração disciplinar vedada, relacionada à participação indevida em empresa privada ligada ao serviço público.
- d) Marcelo apenas poderá ser advertido verbalmente, pois sua conduta não configura falta grave.
- e) Marcelo somente poderia ser punido se tivesse cometido dano ao erário.

45. Durante apuração de irregularidades em uma repartição estadual, verificou-se que o servidor Jorge estava acumulando, sem autorização, três cargos públicos, sendo dois de professor em municípios distintos e um de técnico científico no Estado. Em face desse quadro, de acordo com o Decreto Estadual nº 2.479/1979 e a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) Jorge poderá manter os três cargos, desde que comprove compatibilidade de horários.
- b) Jorge deverá optar por dois cargos compatíveis, sendo vedada a manutenção de três.
- c) Jorge poderá acumular os três cargos, se todos forem de natureza técnica.
- d) Jorge será automaticamente exonerado de todos os cargos públicos.
- e) Jorge deverá ser punido com demissão apenas do cargo de técnico científico.

TUTELA COLETIVA E DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Ricardo Torques

46. O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa em razão de ato doloso supostamente cometido, no ano de 2025, por dois agentes públicos de município do interior do Rio de Janeiro. Sobre o procedimento judicial da improbidade, é correto afirmar que:

- a) Das decisões interlocutórias caberá agravo de instrumento, ressalvada a decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação, que devem ser alegadas em sede de apelação.
- b) Se a petição inicial estiver em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação dos requeridos para que a contestem no prazo comum de 15 (quinze) dias.
- c) Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz deverá extinguir o feito sem resolução do mérito.
- d) Não se aplicam na ação de improbidade administrativa a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia.
- e) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.

47. Sobre a ação civil pública, a ação popular e o mandado de segurança, assinale a alternativa que esteja de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- a) O Ministério Público possui legitimidade para propor ação civil pública que trate de contrato de honorários advocatícios abusivos quando houver litigantes hipossuficientes e repercussão social que transcenda a esfera dos interesses particulares.
- b) É vedada a cumulação da condenação judicial por danos morais coletivos em ação civil pública com as sanções administrativas fixadas em desfavor do agente infrator que celebra acordo de leniência com o CADE.
- c) Em caso de dissolução, por decisão judicial, da associação autora de ação civil pública, não é possível a substituição processual pelo Ministério Público
- d) A extinção da ação popular por perda de objeto decorrente da satisfação da pretensão do autor não enseja a condenação da parte ré ao pagamento de honorários.
- e) Em mandado de segurança, é admitida a oportunização ao impetrante de emenda à inicial para a indicação da correta autoridade coatora, quando a referida modificação implique na alteração da competência jurisdicional

48. O Ministério Público do Rio de Janeiro ajuizou ação para a responsabilização administrativa e civil de determinada pessoa pela prática de atos contra a administração pública, com base na lei 12.846/2013 (Lei anticorrupção). Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos praticados com base na lei 12.846/2013, em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- b) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou

administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

- c) Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- d) Não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- e) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Lígia Carvalheiro

49. Assinale a alternativa que complementa a afirmação abaixo:

Segundo o Artigo 2º, da Lei nº 8.080/90, a saúde é um direito fundamental do ser humano,

- a) sendo o acesso aos serviços de saúde restrito aos cidadãos contribuintes da previdência social.
- b) devendo o Estado garantir condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- c) podendo a iniciativa privada suprir integralmente as necessidades da população.
- d) sendo a responsabilidade pela saúde unicamente do indivíduo.
- e) limitando-se a ações curativas e de reabilitação.

**LEI NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO E
LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS***André Rocha*

50. Sobre a Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e a Lei de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assinale a alternativa correta.

- a) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- b) Estão sujeitas à observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos, incluindo rejeitos perigosos e radioativos.
- c) Reciclagem é o processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes.
- d) Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 90% (noventa por cento) da população com água potável e com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.
- e) Os serviços de saneamento básico podem ser interrompidos pelo prestador em decorrência de inadimplemento, pelo usuário do serviço de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, do pagamento das tarifas, independentemente de notificação formal.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

51. O Conselho Estadual de Meio Ambiente de um determinado Estado da Federação aprovou resolução proibindo a comercialização de produtos de origem animal que utilizassem determinado insumo químico comum na indústria alimentícia. Entidades nacionais do setor industrial alegaram que a medida violava os princípios constitucionais da legalidade, da livre iniciativa e do livre exercício da atividade econômica.

Diante disso, uma federação industrial com base em quatorze Estados da Federação ajuizou, diretamente no Supremo Tribunal Federal, medida do controle abstrato de constitucionalidade, pleiteando a declaração de invalidade da norma administrativa por afronta a preceitos fundamentais da Constituição Federal.

Nessa situação, é correto afirmar que

- a) A medida é incabível, pois resoluções de conselhos estaduais não podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade no STF.
- b) A federação industrial só teria legitimidade para propor a ação se representasse entidades filiadas em todos os Estados da Federação.
- c) A medida é cabível, desde que inexistia outro meio eficaz para sanar a lesão ao preceito fundamental invocado.
- d) A ação somente poderia ser proposta se a resolução já tivesse sido declarada inconstitucional em controle difuso.
- e) O cabimento da medida depende da demonstração de que o ato impugnado produz efeitos uniformes em todo o território nacional.

52. Durante debate público, foi afirmado que os princípios fundamentais da Constituição de 1988 consistem em diretrizes meramente políticas, sem aplicabilidade jurídica concreta, e que não produzem efeitos diretos sobre a atuação dos poderes públicos. Um grupo de constitucionalistas contestou a afirmação, destacando o papel estruturante desses princípios no ordenamento jurídico.

Com base nos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta

- a) Os princípios fundamentais possuem natureza programática, sem eficácia plena ou aplicação direta e imediata.
- b) A dignidade da pessoa humana, como fundamento da República, é um valor exclusivamente moral, sem função jurídica própria.
- c) Os princípios fundamentais orientam a atuação dos Poderes da República, mas não vinculam os atos administrativos nem a interpretação judicial.
- d) Os princípios fundamentais constituem normas constitucionais de eficácia plena, com força obrigatória e aplicabilidade imediata.
- e) Os fundamentos do Estado, por não constarem no rol de cláusulas pétreas, podem ser modificados por emenda constitucional sem qualquer limitação.

53. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagra, já em seu primeiro artigo, a forma de Estado, a forma de governo, o regime de governo e o fundamento do poder político. Esses elementos estruturam o modelo constitucional brasileiro e são protegidos contra alteração por emenda constitucional.

Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta

- a) A forma federativa de Estado, por constar no art. 1º da Constituição, pode ser modificada por emenda constitucional aprovada por maioria qualificada em ambas as Casas do Congresso Nacional.
- b) A soberania popular é exercida apenas pelo voto direto e secreto, conforme previsto no caput do art. 14 da CF/1988.
- c) O presidencialismo, como forma de governo adotada pela CF/1988, pode ser alterado por meio de plebiscito ou referendo popular, sem necessidade de emenda constitucional.
- d) A forma federativa de Estado e o voto direto, secreto, universal e periódico são cláusulas pétreas, insuscetíveis de abolição por emenda constitucional.
- e) A separação dos Poderes não constitui princípio fundamental da República, mas sim uma opção administrativa do constituinte derivado, sujeito a alteração por maioria absoluta.

54. Lucas, servidor público federal, teve sua promoção funcional negada por decisão administrativa fundamentada em interpretação controvertida de norma interna, mesmo preenchendo todos os requisitos objetivos para o avanço na carreira. Após tentar resolver a situação administrativamente sem sucesso, buscou ajuda jurídica para reverter a situação. Seu advogado analisou o caso e entendeu que o ato foi ilegal, pois violou direito subjetivo de Lucas, líquido e certo, comprovável por documentos oficiais já existentes. Considerando o caso narrado e os remédios constitucionais previstos na CF/1988, assinale a alternativa que apresenta o instrumento processual mais adequado para a tutela do direito violado:

- a) Habeas corpus, pois houve violação a direito fundamental do servidor público, justificando-se a concessão de ordem em defesa da sua dignidade funcional.
- b) Ação popular, pois o ato administrativo ilegal que negou a promoção de Lucas viola o princípio da moralidade administrativa, sendo passível de anulação por qualquer cidadão.
- c) Mandado de segurança, pois o direito à promoção funcional é líquido e certo, e o ato administrativo violador é de autoridade pública, não sendo cabível habeas corpus nem habeas data.
- d) Habeas data, pois a obtenção da promoção funcional depende do acesso e eventual retificação de informações constantes no banco de dados funcional da Administração.
- e) Mandado de injunção, pois a norma interna que disciplina a promoção é de eficácia limitada e ainda carece de regulamentação, impedindo o exercício pleno do direito de Lucas.

55. Durante o julgamento de um processo em tribunal, o relator suscitou a inconstitucionalidade de um dispositivo legal e o órgão fracionário do tribunal, por maioria simples, afastou a aplicação da norma ao caso concreto, sem submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial.

À luz do sistema de controle de constitucionalidade previsto na CF/1988, é correto afirmar que o órgão julgador

- a) agiu corretamente, pois qualquer órgão judicial pode afastar a aplicação de norma inconstitucional em controle difuso, independentemente da instância.
- b) agiu incorretamente, pois mesmo no controle difuso, a declaração de inconstitucionalidade por tribunal exige o voto da maioria simples do órgão fracionário.
- c) agiu corretamente, pois a cláusula de reserva de plenário só se aplica ao controle concentrado de constitucionalidade.
- d) agiu incorretamente, pois violou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que órgão fracionário de tribunal não pode afastar a aplicação de norma por inconstitucionalidade sem submeter a questão ao Plenário ou órgão especial.
- e) agiu corretamente, pois não houve declaração expressa de inconstitucionalidade, mas apenas o afastamento da norma ao caso concreto, o que dispensa a reserva de plenário.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

56. O art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021 fundamenta a contratação por dispensa de licitação, nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento. À luz do disposto na Lei nº 14.133/2021 e do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a vedação à recontração em casos de dispensa de licitação por emergência ou calamidade pública, assinale a alternativa correta:

- a) a recontração da mesma empresa é vedada de forma absoluta, independentemente do fundamento legal invocado ou da ocorrência de nova emergência.
- b) a empresa contratada com base no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser recontraada por novo fundamento legal ou por nova emergência, desde que respeitadas as demais exigências legais.
- c) o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a vedação à recontração da empresa anteriormente contratada por dispensa emergencial, por ofensa à livre concorrência.
- d) a empresa que tenha sido contratada por dispensa emergencial poderá ser recontraada por novo contrato com o mesmo fundamento legal, mesmo que o fundamento da emergência seja o mesmo da contratação inicial.
- e) é vedada a participação da empresa em licitação substitutiva da contratação emergencial, em razão do princípio da isonomia.

57. Sobre a responsabilidade da Administração Pública em contratos administrativos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) É objetiva a responsabilidade da Administração Pública pelos encargos trabalhistas inadimplidos pela contratada em todos os contratos administrativos que envolvam terceirização de serviços.
- b) Constitui responsabilidade exclusiva da contratada garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado nas dependências da Administração ou em local previamente convencionado em contrato.
- c) Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada, se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pela parte autora, da efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público.
- d) Haverá comportamento negligente quando a Administração Pública permanecer inerte após o recebimento de notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, desde que enviado pelo sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público ou Defensoria Pública, não bastando a mera notificação do trabalhador.
- e) Nos contratos de terceirização, a Administração Pública não poderá condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas do mês anterior.

58. A respeito do regime jurídico dos agentes públicos nas entidades da Administração Pública direta e indireta, e considerando a decisão recente do Supremo Tribunal Federal – STF sobre a Emenda Constitucional nº 19/1998, assinale a alternativa correta:

- a) atualmente, é possível editar leis instituindo o regime de emprego público, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, também nas entidades da Administração direta, autárquica e fundacional.
- b) o STF invalidou o dispositivo da EC 19/1998 que extinguiu o regime jurídico único, restabelecendo a obrigatoriedade de adoção do regime estatutário em todas as entidades de direito público.
- c) desde a promulgação da Constituição de 1988, sempre foi permitida a coexistência de cargos públicos e empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional, por expressa previsão constitucional.
- d) a Emenda Constitucional nº 19/1998 determinou a exclusividade do regime celetista para toda a Administração Pública, incluindo a direta, autárquica e fundacional.
- e) com a nova redação constitucional, é obrigatória a adoção do regime celetista na administração direta, restando o estatutário apenas para cargos em comissão.

59. Em 2025, o Tribunal de Contas do Estado Alfa identificou diversas irregularidades nas contas anuais de gestão do Prefeito do Município Gama, que atuava na condição de ordenador de despesas. Após processo regular, o Tribunal de Contas aplicou multa ao Prefeito e imputou débito para ressarcimento do erário. A Corte de Contas também analisou as contas de governo do Prefeito, emitindo parecer prévio propondo a aprovação. Posteriormente, a Câmara Municipal, ao realizar o julgamento das contas anuais de governo do Prefeito, rejeitou as contas por dois terços de seus membros. Considerando a jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal (STF) e o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) a Câmara Municipal é a responsável pelo julgamento tanto das contas de governo quanto das contas de gestão do Prefeito, inclusive para fins de aplicação de sanções administrativas.
- b) a condenação administrativa do Prefeito pelo Tribunal de Contas, referente à irregularidade nas contas de gestão, é válida e não depende de ratificação pela Câmara Municipal.
- c) o parecer do Tribunal de Contas sobre as contas de governo do Prefeito tem caráter vinculativo e substitui o julgamento político da Câmara Municipal.
- d) no caso de rejeição das contas anuais de gestão pelo Tribunal de Contas, o Prefeito estará automaticamente inelegível, em razão do caráter técnico do julgamento.
- e) em nenhuma hipótese o Tribunal de Contas poderá aplicar sanções ou imputar débito diretamente ao Prefeito, sendo necessária autorização expressa do Poder Legislativo local.

60. Acerca da responsabilidade civil estatal, à luz da jurisprudência, assinale a alternativa correta

- a) a teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte legítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) mesmo que observe o seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da CF/88, o Estado é responsável pela morte de detento, em face de sua responsabilidade civil objetiva.
- c) não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- d) o Estado responde de forma subjetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública em que ocorra tumulto ou conflito, mesmo quando haja ordem ostensiva e clara quanto à proibição de acesso às áreas de risco.
- e) O Estado possui responsabilidade civil direta, primária e subjetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

61. As leis são os instrumentos jurídicos que estabelecem a norma a ser seguida pela sociedade. Sobre leis, vigência e eficácia, marque a opção correta:

- a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique, entre em desuso ou a revogue.

b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível, ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.

d) A lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

e) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece, a não ser nos casos especiais.

62. Alberto estava dirigindo seu carro diligentemente e, chegando perto de sua casa, precisa fazer um desvio para não atropelar um cachorro que pertencia ao seu vizinho Breno, e acaba atropelando sua esposa Carmem. Com base nessa situação, analise cada alternativa e marque a opção correta:

a) O prazo para Carmem requerer indenização pelo dano sofrido de seu marido Alberto é de 3 anos, e a contagem desse prazo só inicia no dia que eles se divorciarem.

b) Tendo em vista que o dano foi causado por um animal, não há que se estabelecer responsabilidade sobre ninguém.

c) Se por acaso, o tempo passar e a prescrição vier a se consumir, a devedora só poderá renunciar à prescrição de maneira expressa.

d) Já que o causador do dano é casado com a vítima, não há que se falar em reparação civil em forma de indenização.

e) Por serem casados, a lei permite que as partes entrem em um acordo e alterem o prazo prescricional de cobrança de indenização.

63. A respeito do Direito das Obrigações e as regras dispostas no Código Civil, leia os itens apresentados abaixo e marque a única opção que está de acordo com a legislação em vigor:

- a) Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, responderá este pelo equivalente.
- b) Na obrigação de dar coisa certa, se deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu e, sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- c) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação, sendo que os frutos percebidos são do credor, cabendo ao devedor os pendentes.
- d) Nas obrigações de dar coisa incerta, a coisa será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade, sendo que nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- e) Nas obrigações alternativas, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.

64. Ana recebeu um dinheiro inesperado, acha que com esse recurso terá condições de realizar seu sonho de reformar sua casa, tendo em vista ser essa obra uma necessidade, ela procura um conhecido, Augusto, que lhe oferece prestar esse serviço e ajeitar todos os problemas da casa. Sem saber sobre preço para esse tipo de obra, Ana contrata os serviços de Augusto e fica muito satisfeita com o resultado, mas para isso teve que gastar todo dinheiro recebido. Depois de um

tempo, Arthur, filho de Ana, que entende de obra, descobre que o preço pago pela sua mãe foi 8 vezes acima do valor de mercado. Tendo em vista a situação descrita, constata-se o vício do negócio jurídico chamado:

- a) estado de perigo.
- b) dolo.
- c) erro.
- d) lesão.
- e) coação.

65. A respeito do poder familiar e sobre o exercício desse poder. Marque a alternativa correta:

- a) Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto absolutamente incapazes.
- b) A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável alteram as relações entre pais e filhos.
- c) O filho, não reconhecido pelo pai, fica sob poder familiar exclusivo da mãe; se a mãe não for conhecida ou capaz de exercê-lo, dar-se-á aos avós o menor.
- d) Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste, exclusivamente em, quanto aos filhos, dirigir-lhes a criação e a educação.
- e) Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade, sendo que se houver divergência dos pais quanto ao exercício do poder familiar, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

66. Cláudio ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em face do jornalista X, em virtude de alegada propagação de notícia falsa que maculava a sua honra. Em virtude de abandono da causa, o processo foi extinto sem resolução do mérito. Após a extinção, Cláudio voltou a ajuizar a mesma ação por mais duas vezes, que também foram extintas pelo mesmo motivo. Cláudio pretende, agora, voltar a ajuizar a mesma ação, se comprometendo a não mais abandonar a causa. Cláudio não poderá ajuizá-la em virtude

- a) da litispendência.
- b) da coisa julgada.
- c) da preempção.
- d) da decadência.
- e) da prescrição.

67. O Ministério Público do Rio de Janeiro ajuizou ação de alimentos em favor do menor P.D.R, tendo sido o pleito julgado procedente com a condenação do genitor ao pagamento de 30% do salário-mínimo a título de verba alimentar. Com o trânsito em julgado, o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença, sob pena de ser decretada a prisão do devedor. De acordo com o Código de Processo Civil e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a) O Ministério Público não possui legitimidade para ajuizar ação de alimentos.
- b) O devedor só pode alegar em sua defesa o pagamento ou a impossibilidade de fazê-lo, não existindo campo para discussão de eventual causa exoneratória porque a revisão da obrigação tem a via cognitiva própria.
- c) Admite-se a aplicação da teoria do adimplemento substancial em relação à obrigação alimentar.
- d) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante não inclui as prestações que se vencerem no curso do processo.

e) A ausência de vagas no sistema penitenciário, por si só, justifica a substituição do regime fechado pelo regime aberto no cumprimento da prisão civil que venha eventualmente a ser decretada.

68. Pedro ajuizou Ação Monitória em face de Mariana, menor, narrando ter direito de exigir da devedora a entrega de um determinado bem, além do pagamento da quantia atualizada de R\$ 450,00 a título de multa oriunda do mesmo negócio jurídico escrito. O juízo entendeu pela possibilidade da referida ação monitoria, e determinou a expedição de mandado de pagamento e de entrega de coisa. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Na ação monitoria não se admite a citação por edital.
- b) Não é possível a propositura da ação monitoria para satisfação de obrigação de entrega de coisa.
- c) O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo.
- d) Como forma de defesa, cabe o ajuizamento em ação autônoma de embargos monitorios.
- e) O juiz condenará o autor de ação monitoria proposta indevidamente e de má-fé ao pagamento, em favor do réu, de multa de até cinco por cento sobre o valor da causa.

69. Diante da inexistência de regramento especial, o Ministério Público iniciou procedimento de jurisdição voluntária para alienação de bens de um adolescente, instruído com os documentos necessários e com a indicação da providência judicial. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) O Ministério Público não tem legitimidade para iniciar procedimento de jurisdição voluntária.
- b) A Fazenda Pública será sempre ouvida.
- c) Da sentença não caberá apelação, em virtude da falta de litigiosidade.
- d) A alienação de bens de adolescente não pode ser feita na via da jurisdição voluntária.
- e) O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

70. Em determinado processo judicial envolvendo interesse de incapaz, o juiz proferiu a sua sentença após o término da audiência de instrução e julgamento, na qual estava presente o membro do Ministério Público. Inconformado, o Ministério Público pretende recorrer da decisão. Para tanto, o termo inicial da contagem do prazo será:

- a) A data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão.
- b) A data da audiência.
- c) O dia seguinte à data da audiência.
- d) Após a publicação no diário oficial.
- e) A data da ciência do Ministério Público acerca da sentença.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

71. No dia 25.09.2024, William, 22 anos, induziu Capitu, menina de apenas 12 anos de idade, a se automutilar, por meio de mensagens num grupo criado em uma rede social com a específica finalidade de auxiliar pessoas a se automutilarem e se suicidarem. Capitu, então, utilizou uma faca de cozinha para provocar cortes no pulso. Um dos cortes atingiu uma artéria, provocando perda considerável de sangue, de forma que Capitu veio a falecer em razão do ferimento.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que William deverá:

- a) responder pelo crime de homicídio, qualificado por ter sido praticado contra menor de 14 anos.
- b) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma simples, em concurso material com homicídio culposo.
- c) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma simples, apenas.
- d) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma qualificada, com pena em dobro por ter sido realizada por meio de rede social.
- e) responder pelo crime de lesão corporal seguida de morte.

72. Miguel e Jorge, transitando em uma motocicleta e utilizando uma arma de fogo de uso restrito, abordaram um caminhão de uma empresa de logística na Avenida Brasil, altura de Guadalupe, e deram ordem para que o motorista da referida empresa parasse o veículo na entrada de uma comunidade. Luciano, motorista do caminhão, cumpriu a ordem e conduziu o veículo até a entrada da comunidade, momento no qual foi liberado pelos criminosos. Minutos depois, porém, a Polícia Militar, que havia sido acionada, chegou ao local e conseguiu prender Miguel em flagrante, apreendendo o produto do crime. Jorge, porém, conseguiu fugir e levou consigo a arma usada no crime. No curso do processo, o motorista do caminhão foi ouvido, tendo afirmado que sentiu muito medo por sua vida, ante a arma apontada para sua cabeça. Miguel confessou o crime, tal como narrado pela acusação, mas alegou que a arma utilizada no crime era um simulacro de arma de fogo. Todavia, a arma não foi apreendida para ser periciada, pois não foi encontrada. Jorge não foi denunciado, já que o MP não conseguiu identificá-lo.

Nesse caso, é correto afirmar que Miguel deverá ser condenado pelo crime de:

- a) roubo simples tentado.
- b) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito e pelo concurso de agentes, consumado, devendo o Juiz aplicar ambas as majorantes.
- c) roubo simples consumado.
- d) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito, não sendo cabível o emprego da majorante do concurso de agentes, eis que o comparsa não foi identificado.
- e) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito e pelo concurso de agentes, consumado, podendo o Juiz aplicar somente uma das majorantes, necessariamente a que mais aumente.

73. Erasmo ingressou sorrateiramente na casa de seu primo Tim, com o objetivo de subtrair alguns objetos de valor. Após entrar na casa, utilizando um grampo de cabelo para abrir a fechadura da porta, Erasmo começou a procurar por joias e dinheiro. Depois de encontrar algumas joias e R\$ 2.000,00 em dinheiro, Erasmo encontrou também um laudo médico, que indicava que Tim havia sido diagnosticado com neoplasia maligna (câncer) em estado avançado. Ao ver que o primo enfrentava sérios problemas de saúde e provavelmente precisaria de dinheiro para custear o tratamento, Erasmo se arrepende, abandona a empreitada criminosa e vai embora sem nada levar.

Nesse caso, a conduta de Erasmo configura:

- a) crime de violação de domicílio, em razão do arrependimento eficaz.
- b) crime de violação de domicílio, em razão da desistência voluntária.
- c) furto simples tentado, dada a desistência voluntária.
- d) furto qualificado tentado, dada a desistência voluntária.
- e) fato atípico, dada a desistência voluntária.

LEGISLAÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

74. Um representante de organização esportiva privada solicitou uma vantagem indevida para favorecer a si ou a terceiros, direta ou indiretamente, a fim de realizar ato inerente às suas atribuições. Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023), assinale a alternativa correta que traga o crime praticado por ele:

- a) Corrupção passiva
- b) Concussão
- c) Corrupção privada no esporte.
- d) Corrupção ativa
- e) Advocacia administrativa

75. Ronaldo proferiu uma ofensa contra a dignidade da própria esposa, chamando-a de “vagabunda”. Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei nº 11.340/2006, marque a alternativa que apresenta a forma de violência doméstica e familiar contra a mulher praticada por ele.

- a) Violência psicológica.
- b) Violência sexual.
- c) Violência patrimonial.
- d) Violência física.
- e) Violência moral

76. Marcos foi preso, pela Polícia Militar, no momento em que estava vendendo maconha para um cliente. Junto com a apreensão da droga, foi apreendido um caderno com anotações dos clientes, um rádio transmissor e uma balança de precisão. Com base na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), marque a alternativa que traga corretamente o crime praticado pelo indivíduo supracitado.

- a) Tráfico de drogas.
- b) Associação para o tráfico.
- c) Posse de drogas para consumo pessoal.
- d) Tráfico de maquinários.
- e) Financiamento e custeamento para o tráfico.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

77. Conforme a Lei nº 9.099/1995, que regula os Juizados Especiais Criminais, analise as alternativas e indique a INCORRETA.

- a) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- b) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia

da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

- c) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- d) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.
- e) A citação será por edital.

78. Em relação aos participantes do processo, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

- a) tiver funcionado seu cônjuge como auxiliar da justiça.
- b) tiver aconselhado qualquer das partes.
- c) for administrador de sociedade interessada no processo.
- d) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- e) for devedor de qualquer das partes.

79. De acordo com o Código de Processo Penal, o recurso cabível contra a decisão que recusa a homologação à proposta de um acordo de não persecução penal será

- a) apelação.
- b) mandado de segurança.
- c) recurso em sentido estrito.
- d) remessa dos autos ao órgão superior do membro do Ministério Público.
- e) não caberá recurso.

80. Em relação à prisão preventiva, é correto afirmar que:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
 - b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
 - c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
 - d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
 - e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.
-

Discursiva

Desvendando Desafios e Construindo um Futuro Cibernético Seguro

No vasto horizonte da era digital, somos arquitetos do nosso destino virtual, navegando por um território cibernético que se expande a cada clique. Contudo, junto com as maravilhas dessa nova fronteira, emergem desafios inquietantes que demandam nossa atenção e engajamento. Em um mundo onde a tecnologia é a força motriz do progresso, é vital nos unirmos na busca por soluções para os desafios da investigação criminal em crimes cibernéticos.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo **Os desafios da Investigação Criminal em Crimes Cibernéticos** e aborde necessariamente os seguintes aspectos:

1. **Falta de Estrutura e Recursos Tecnológicos**
2. **Legislação Atual e Lacunas Jurídicas**
3. **Cooperação Internacional e Jurisdição Transnacional**

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
